



**Politécnico
Castelo Branco**

Polytechnic University

PROGRAMA

CONCURSO PÚBLICO

IPCB-2025CP001

Licenciamento Microsoft

Índice

| | |
|--|---|
| Capítulo I Disposições gerais | 3 |
| Artigo 1.º Objeto..... | 3 |
| Artigo 2.º Entidade adjudicante | 3 |
| Artigo 3.º Decisão de contratar..... | 3 |
| Artigo 4.º Fundamento de escolha do procedimento..... | 3 |
| Capítulo II Proposta..... | 3 |
| Artigo 5.º Proposta..... | 3 |
| Artigo 6.º Assinatura..... | 4 |
| Artigo 7.º Órgão competente para prestar esclarecimentos | 4 |
| Artigo 8.º Prazo para entrega das propostas | 4 |
| Artigo 9.º Prazo de manutenção das propostas | 4 |
| Artigo 10.º Propostas variantes | 4 |
| Artigo 11.º Negociação | 5 |
| Artigo 12.º Exclusão de propostas..... | 5 |
| Capítulo III Adjudicação..... | 5 |
| Artigo 13.º Critério de adjudicação | 5 |
| Artigo 14.º Desempate | 5 |
| Artigo 15.º Documentos de habilitação | 5 |
| Artigo 16.º Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário | 6 |
| Artigo 17.º Prazo para supressão de irregularidades dos documentos de habilitação | 6 |
| Capítulo IV Disposições finais | 7 |
| Artigo 18.º Caução..... | 7 |
| Artigo 19.º Prevalência | 7 |
| Artigo 20.º Legislação aplicável..... | 7 |
| Artigo 21.º Foro competente | 7 |

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de Licenciamento Microsoft, ao abrigo do programa OVS, nas quantidades, especificações e requisitos mínimos constantes do Anexo I ao caderno de encargos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Instituto Politécnico de Castelo Branco, com sede na avenida Pedro Álvares Cabral, n.º 12, 6000-084 Castelo Branco, com o NIPC: 504 152 980, com o número de telefone 272 339 600 e com o endereço de correio eletrónico ipcb@ipcb.pt.

Artigo 3.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada em 15 de janeiro de 2025, por despacho do Presidente António Augusto Cabral Marques Fernandes, com poderes para o ato com poderes para o ato ao abrigo da delegação de competências constante do Despacho n.º 5845/2024, publicado no Diário da República n.º 100/2024, Série II de 23 de maio.

Artigo 4.º

Fundamento de escolha do procedimento

Concurso público, sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do código dos contratos públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Capítulo II

Proposta

Artigo 5.º

Proposta

1. A proposta deve ser obrigatoriamente redigida em língua portuguesa, nos termos do art.º 58º do CCP e acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I ao CCP;
 - b) Documento com a indicação dos valores unitários e total sem IVA;
 - c) Documento com a descrição e quantidades dos artigos propostos;
 - d) Outros documentos que considere necessários.

2. O documento previsto na alínea c) do número anterior pode conter termos ou ser inteiramente redigido em língua inglesa.

Artigo 6.º **Assinatura**

1. Os documentos devem ser assinados digitalmente, de acordo com as seguintes regras:
 - a) **Todos** os documentos, independentemente do seu formato, devem ser assinados digitalmente **antes** de serem submetidos na plataforma eletrónica de aquisições públicas (Ver art.º 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto);
 - b) **Todos** os documentos inseridos em pastas comprimidas **devem** ser assinados individualmente **antes** da criação da pasta.
2. A assinatura da plataforma eletrónica aquando da submissão dos documentos **não substitui** a assinatura digital de cada um dos documentos.
3. Caso a assinatura não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente deverá submeter um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do subscritor.

Artigo 7.º **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

O órgão competente para a prestar esclarecimentos é o júri do procedimento.

Artigo 8.º **Prazo para entrega das propostas**

A proposta deve ser submetida na plataforma eletrónica em uso pela entidade adjudicante (<https://www.acingov.pt>) até às 23:59 horas do 9.º dia após a publicação do anúncio.

Artigo 9.º **Prazo de manutenção das propostas**

O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 10.º **Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 11.º **Negociação**

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Artigo 12.º **Exclusão de propostas**

1. São excluídas as propostas que apresentem termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência.
2. São motivos de exclusão das propostas os previstos no n.º 2 do art.º 70.º e no n.º 2 do art.º 146.º do CCP.
3. Para além dos motivos indicados nos pontos anteriores, serão excluídas as propostas que não estejam de acordo com o art.º 5.º do presente programa.

Capítulo III **Adjudicação**

Artigo 13.º **Critério de adjudicação**

A adjudicação será efetuada de acordo com a modalidade de avaliação do fator preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, sendo ordenadas por ordem decrescente de pontuação obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left(1 - \left(\frac{\text{Valor da proposta}}{\text{Preço base}}\right)\right) \times 100$$

Artigo 14.º **Desempate**

Em caso de empate de pontuações, será efetuado o desempate através de sorteio, a realizar na sede da entidade adjudicante, em data a fixar por esta e que será notificada aos concorrentes com a antecedência mínima de dois (2) dias úteis.

Artigo 15.º **Documentos de habilitação**

1. Após a notificação da adjudicação e sob pena de caducidade da mesma, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP;

- b) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, conforme alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
 - c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, relativamente a impostos devidos em Portugal, ou disponibilização de acesso para sua consulta online, conforme alínea e) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
 - d) Certidão de registo criminal, da entidade e de todos os titulares dos respetivos órgãos sociais de administração ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções e que comprove todas as situações descritas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
 - e) Certidão permanente, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*;
 - f) Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
 - g) Tratando-se de empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, deverá apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
2. Quando pela sua natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada conforme previsto no art.º 4.º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro.

Artigo 16.º

Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário

1. O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação é de oito (8) dias úteis, após notificação da adjudicação.
2. A não apresentação de algum dos documentos habilitação implica a caducidade da adjudicação, conforme previsto no art.º 86.º do CCP e constitui contraordenação muito grave sujeita a coima, de acordo com o disposto no art.º 456.º do mesmo código.

Artigo 17.º

Prazo para supressão de irregularidades dos documentos de habilitação

O prazo para a supressão de irregularidades dos documentos de habilitação é de dois (2) dias úteis após a notificação.

Capítulo IV Disposições finais

Artigo 18.º Caução

A caução não é exigida ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Artigo 19.º Prevalência

Em caso de divergência entre os documentos do procedimento, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados no n.º 2 do art.º 96.º do CCP.

Artigo 20.º Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento aplica-se o regime constante do CCP publicado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, legislação complementar nacional e comunitária.

Artigo 21.º Foro competente

Para dirimir as questões emergentes da validade, interpretação e incumprimento do contrato, as partes estipulam como competente o foro da comarca de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.